

## DA MIGRAÇÃO À FORMATURA: ESCOLA RURAL E ANALFABETISMO NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA, MG, 1940-60

### *FROM MIGRATION TO GRADUATION: RURAL SCHOOLS AND ILLITERACY IN THE MUNICIPALITY OF ITUIUTABA, MG, 1940-60*

### *DE LA MIGRACIÓN A LA GRADUACIÓN: ESCUELA RURAL Y ANALFABETISMO EN LA MUNICIPALIDAD DE ITUIUTABA, MG, 1940-60*

Betânia de Oliveira Laterza RIBEIRO<sup>1</sup>  
Elizabeth Farias da SILVA<sup>2</sup>  
Armindo QUILLICI NETO<sup>3</sup>

**RESUMO:** Analfabetismo, ascensão econômica pela rizicultura e migração rural marcaram o município de Ituiutaba nos anos 1940–60. Este trabalho apresenta uma compreensão das inter-relações desses fenômenos pelo viés da criação de escolas rurais: o que o governo fez pela escolarização da população rural? Para responder a essa pergunta, a pesquisa se valeu de dados estatísticos, atas, relatos orais e fotografias como fontes históricas. Os resultados indicam que o governo local pode até ter feito mais investimentos na criação de escolas urbanas e rurais com recursos da agricultura; mas não bastaram para aplacar o analfabetismo. Embora a sede do município possa ter tido uma população com taxas elevadas de alfabetização, o meio rural tinha uma população de analfabetos que invertiam tais taxas.

**Palavras-chave:** Ascensão Econômica. Investimentos. População Rural.

**ABSTRACT:** *Illiteracy, based-on-rhizoculture economic rise and rural migration marked Ituiutaba municipality during the 1940s and 60s. This study shows an understanding of the interrelations of these phenomena. It considers the creation of rural schools by questioning what did the government do as to rural population's schooling? To answer this question, the research relied on statistical data, minutes, oral accounts and photographs. Results show the local government may even have made more investments in urban and rural schools with resources from agricultural development; but it wasn't enough to reduce illiteracy. Ituiutaba city may have had a population with high literacy rates, but the number of illiterate people in the countryside reversed negatively such high rates.*

**Keywords:** *Economic Rise. Investments. Rural Population.*

**RESUMEN:** *Este estudio presenta una comprensión de las relaciones entre analfabetismo, economía y migración en la municipalidad de Ituiutaba, MG, en los años 1940–60. Él enfoca la creación de escuelas rurales cuestionando lo que hizo el gobierno local para escolarizar la población rural? La investigación se basó en datos estadísticos, actas, relatos orales y fotografías. Los resultados muestran que el gobierno*

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3708-4506>. E-mail: laterzaribeiro@uol.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0407-5566>. E-mail: lizbet@uol.com.br

<sup>3</sup> Doutor em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2553-4693>. E-mail: armindo@ufu.br

*puede incluso haber hecho más inversiones en escuelas urbanas y rurales con recursos del desarrollo agrícola; pero no logró reducir el analfabetismo. En la ciudad de Ituiutaba, las tasas de alfabetización eran altas, pero la cantidad de analfabetos en el campo elevaba el analfabetismo en la región toda.*

**Palabras clave:** *Ascensión Económica. Inversiones. Población rural.*

## Introdução

A história acadêmica da educação no Triângulo Mineiro tem destacado o município de Ituiutaba, em especial no número de analfabetos. Os estudos<sup>4</sup> apontam que em meados do século XX as taxas de analfabetismo ali eram superiores à média de Minas Gerais. Também apontam que, ao mesmo tempo, o município se projetava acima da média estadual do ponto de vista econômico. Entre os anos 1940–60, a rizicultura se difundiu e elevou a posição de Ituiutaba na produção de grãos do país. Não por acaso, a sede municipal foi chamada de “capital do arroz”, enquanto o município seria o “celeiro de Minas”. Produzir em tal proporção foi ação não só de gente do município, mas também de gente de municípios de outras regiões de Minas Gerais e de outros estados. Essa situação fez Ituiutaba experimentar um processo distinto do que ocorria e se intensificaria em muitas regiões do país: em vez do esvaziamento do campo, a migração para o meio rural. A partir dos anos 1950, a população do município inflou, com as levas de migrantes, dentre famílias e solteiros, que atenderam ao chamado para trabalhar nas lavouras de arroz. Contudo, suprir as demandas dos fazendeiros era criar demandas para a administração municipal.

Uma delas foi a necessidade de escolarizar a população migrante que se acresceu à população do campo nativa - por si só superior à urbana. A julgar por estudos feitos até aqui, a administração municipal teria sido incapaz de traduzir o aumento da receita (gerada, por exemplo, pela tributação do arroz e ampliação do

---

<sup>4</sup> Alguns estudos são incluem: Ver, por exemplo, as dissertações de mestrados defendidas na Universidade Federal de Uberlândia: Marina Baduy, *O grupo escolar professor Ildefonso Mascarenhas da silva: sua historicidade e o contexto econômico e social de Ituiutaba em sua implantação (1947–1961)*, de 2019; Luciene Terezinha de Souza Bezerra. *Da sombra da Magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado (1956–1971)*, de 2016; Talita Costa Alves, *A gênese do Grupo Escolar Cônego Ângelo no interior de Minas Gerais, 1963–1974*, de 2016; Cláudia Oliveira Cury Vilela, *Escola Noturna "Machado de Assis": primeira instituição municipal de ensino primário noturno na cidade de Ituiutaba, MG (1941–1960)*, de 2011; Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira, *Da centralidade da infância na modernidade e sua escolarização: a Escola Estadual João Pinheiro – Ituiutaba (MG), 1908–1988*, de 2007; dentre outros estudos.

comércio) em mais educação para a população, pois o analfabetismo foi marcante no município. A manutenção das taxas de analfabetismo, porém, sugerem que a ausência da administração municipal não foi absoluta quanto a suprir a demanda por escolas. Algo deve ter sido feito para que o número de analfabetos, ao menos, não se elevasse ainda mais, mesmo com a vinda de migrantes.

Aquelas premissas sobre o município de Ituiutaba e essa possibilidade de ação incompleta do Estado na escolarização permeiam a compreensão apresentada neste estudo: em parte, no entendimento mais específico da ideia de analfabetismo em Ituiutaba; em parte, no entendimento da reação da administração municipal à demanda por escolarização que a migração impôs nos anos 1940–60. A pesquisa subjacente a este trabalho objetivou construir uma compreensão histórica de desdobramentos das relações entre analfabetismo, migração e escola rural no município de Ituiutaba. Tal construção se justifica em função do histórico peculiar da dinâmica populacional local, cujo movimento vai em direção oposta à dinâmica nacional. O ponto de partida são estas indagações: o que um município que passou a ter na população do campo sua mão de obra mais produtiva fez em prol da escolarização de tal população? Ou seja, como a administração municipal reverteu a receita da produção local em benefícios a quem ajudou a gerá-la?

Este estudo se inscreve no campo da história da educação no Brasil em seus desdobramentos mais tendentes à problematização, e menos à cronologia; mais à interpretação crítica dos fatos, e menos à descrição, dentre outros pontos. Ao mesmo tempo, este estudo procura contribuir para escrever a história do município, sobretudo aspectos da sociedade que fazem interface com a educação escolar, como a demanda por escolas públicas e a ação política para supri-la, além das relações entre educação, economia e demografia, e assim por diante. Como estudo histórico, este trabalho recorreu a fontes variadas, dentre dados estatísticos, atas da Câmara de Vereadores, relatos orais, fotografias e estudos históricos recentes sobre a história da educação em Ituiutaba. Tais fontes foram lidas com intenção crítico-interpretativa do contexto histórico mediante uma leitura cruzada que pudesse levar a entendimentos mais precisos das questões tratadas, em especial das relações entre analfabetismo, economia e migração.

## Rizicultura e migração em Ituiutaba

Na história do município de Ituiutaba na primeira metade do século XX, seu desenvolvimento econômico passou por ciclos de produção e produtos. Um ciclo foi o da mineração; outro, o da agricultura e pecuária (este o mais afim a este trabalho). A mineração ocorreu em terras próximas ao rio Tijucu, que banha o município. O surto do garimpo de pedras preciosas - diamantes em especial - durou cerca de uma década (1935-45). Nesse momento, o município recebeu garimpeiros de regiões diversas. Enquanto a mineração caminhava para seu esgotamento como base de produção econômica, a instalação de uma beneficiadora de arroz no fim da década de 1930 antecedia a virada da base da economia para o cultivo de grãos. Também despontava o ciclo econômico da pecuária: nos anos 1920, a formação de pastagens mediante o plantio de capim dava o tom da atividade pecuarista (OLIVEIRA, 2013, p. 220). A tabela a seguir projeta os ciclos no tempo e na quantificação.

**Quadro 1** - Produção rural do município de Ituiutaba, MG, 1920-40.

Tipo		Período		Crescimento
		1920	1940	1920-40
Pecuária (n. de cabeças)	Bovino	129.551	202.038	55,95%
Agricultura (toneladas)	Arroz	1.979,7	2.304	16,38%
	Feijão	552,9	702	26,97%
	Milho	10.447	18.005	72,35%

Fonte: Oliveira (2013, p. 220).

Os dados dessa tabela permitem entender que o cultivo de arroz até a década de 1940 não era a base econômica. Era a pecuária a atividade produtora de mais destaque. Na década seguinte, a feição da economia muda com a ascensão do plantio de arroz. Em quase quinze anos, o número de beneficiadoras desse grão foi de 1 a 100. A cidade recebia praticamente a produção toda (Quadro 2), que dali seguia para outras áreas do estado e para outros estados.

**Quadro 2** - Números da colheita no município de Ituiutaba (1955-67).

Culturas agrícolas	Unidade	Produção		Diferença
		1955	1966/1967	
Arroz	Saco 60 kg	600 000	2 600 000	333%
Milho	Saco 60 kg	400 000	1 500 000	275%
Algodão	Arroba	200 000	340 000	70%
Feijão	Saco 60 kg	50 000	40 000	(20%)

Fonte: Silva (2012, p. 66).

No fim dos anos 1940, os plantadores já experimentavam o sucesso das lavouras, o que os levava a abrirem mais áreas de plantio em prol do aumento da safra de arroz (também milho, feijão e outros cultivos). De quase duas mil toneladas em 1950, a produção se elevou a seiscentas mil em 1955. Não por acaso, segundo Silva (1997, p. 26-27), “[...] em 1950 Ituiutaba já era a maior produtora de arroz e de milho em todo o estado de Minas Gerais, com cerca de 10.000 alqueires [cultivados]”. As áreas de lavoura de “[...] cereais e algodão passaram a disputar o espaço destinado aos pastos, ganhando importância ao lado da pecuária”. Silveira (2014, p. 16) endossa essa compreensão ao salientar, nos anos “1950 e 1960”, o “desenvolvimento agrário-industrial” graças a um solo favorável à “[...] cultura de cereais, primordialmente o arroz”. Por consequência, impôs-se o “beneficiamento de grãos” como elemento importante à economia do município.

O ciclo da produção rizícola singularizou Ituiutaba economicamente; mas não só. A rizicultura mudaria em parte o perfil social do município. No fim da década de 1940, o município já colhia resultados com apoio de mão de obra migrante. Logo, a abertura de áreas de cultivo nos anos 1950 atrairia muito mais migrantes a fim de trabalharem, “[...] atendendo ao apelo da propaganda que alardeava sobre a qualidade do solo e as oportunidades de riqueza” (SILVA, 1997, p. 27).

Com efeito, nas comemorações de suas bodas de ouro, “[...] o município já era conhecido como grande produtor de cereais”. O nome Ituiutaba (e a alusão ao arroz) chegava até a estados do Nordeste; prova disso foi o programa *Crônica da Noite*, da Rádio Clube de Pernambuco, que em 25 de maio de 1951 mencionou Ituiutaba, como informa Silva (1997). Além disso, “[...] artigos publicados no jornal local, construiu [sic] uma imagem muito positiva do município que contribuiu para atrair muitas pessoas para Ituiutaba, não só trabalhadores mas também empresários que passaram a investir na cidade”. Em 1952, o jornal paulistano *Folha da Manhã* enviou um jornalista a Ituiutaba para escrever uma reportagem sobre o município que se projetava. Os “artigos faziam a descrição detalhada das riquezas - pecuária, agricultura - e das potencialidades da região”. Também o rádio teve papel importante como divulgador porque chegava a um público não leitor ou que sabia ler mas não tinha acesso ao jornal. Nesse sentido, o rádio foi instrumento dos “agenciadores de mão-de-obra” com veículo de anúncios de contratação de trabalhadores.

Com efeito, como constatou Silva (1997, p. 31), os agenciadores agiam onde moravam e nas redondezas. Daí o foco de origem da migração ser “o sul e o oeste do Rio Grande do Norte” e o “noroeste da Paraíba”. Ou seja, a ação dos agenciadores se refletiu na origem dos migrantes porque os contingentes mais numerosos vieram maciçamente do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Como no fim da década de 1940 já havia trabalhadores migrantes no município, aqueles já estabelecidos ajudaram a difundir a região e atrair mais gente. “Os primeiros migrantes [...] escreviam aos seus parentes, enviavam recados, chamando para que viessem para Ituiutaba” (SILVA, 1997, p. 29).

Migraram famílias inteiras à procura de uma vida em que tivessem mais condições materiais. O fluxo migratório foi notável até o fim da década de 1960 (Quadro 3).

### **Quadro 3** - Crescimento da população rural e urbana de Ituiutaba, MG, 1940-70.

<b>Ano</b>	<b>População rural</b>	<b>%</b>	<b>População urbana</b>	<b>%</b>	<b>Totais</b>
1940	30.696	88%	4.356	12%	35.052
1950	43.127	81%	10.113	19%	53.240
1960	39.488	55%	31.516	45%	71.004
1970	17.542	27%	47.114	73%	64.656

**Fonte:** Dados de Souza (2010).

Com efeito, já numerosa por tradição (dado o perfil demográfico agrário do país), a população do campo aumentou expressivamente. Foi de 30 mil habitantes nos anos 1940 para mais de 43 mil na década de 1950. Em geral, nas décadas 1940–60, manteve-se superior à urbana. Nesse processo de ampliação demográfica, também aumentou o número de pessoas analfabetas. A escolarização dessa população maciçamente analfabeta impôs desafios à administração municipal e pôs em xeque as relações entre índices econômicos elevados e seus efeitos na resolução de problemas e na satisfação de necessidades fundamentais como a de escola primária pública.

### **Analfabetismo e ensino rural**

A reação do governo municipal à demanda por escolarização rural se manifestou na década 1940. O assunto foi posto em debate mediante projetos apresentados na Câmara de Vereadores; atas citam “[...] acordo entre o ministério da

educação e Estado de Minas Gerais [...]” para desenvolver o ensino primário mediante a “construção de prédios escolares rurais [...] [cerca de] 180 novas escolas com os recursos fornecidos pelo fundo nacional de ensino primário” (ITUIUTABA, 1948, s.p.).

O assunto veio à tona na década seguinte, obviamente pela pressão social que a migração para o campo desencadeou o município. Em 1955, as discussões na Câmara Municipal enfatizaram a criação de mais escolas, mas houve quem alegasse que “a situação financeira” não permitia “atender a este encargo”; além disso, o então vereador Daniel de Freitas Barros disse ter informações da prefeitura de que havia escolas “paralisadas por falta de professores”, por isso pensava que naquele momento criar mais seria uma forma de “onerar o município” (ITUIUTABA, 1955, s.p.). A ata não informa quais eram as “escolas paralisadas”, mas se supõe que eram rurais. Disso se infere incoerência entre oferta e procura: enquanto era relevante a demanda por escolas rurais, era pequena a disponibilidade de professores para escolas já abertas. O quadro a seguir expõe dados que projetam a ação dos prefeitos na escolarização municipal, como a criação de três escolas rurais no primeiro semestre de 1947, antecedendo a possibilidade de acordo.

**Quadro 4** - Escolas rurais do município de Ituiutaba (1941-68).

<b>Escolas municipais</b>	<b>Data de criação</b>	<b>Localização</b>
<b>Anos 1940</b>		
E. M. Alberto Torres	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Água Suja
E. M. Duque de Caxias	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Córrego da Canoa
E. M. José Bonifácio	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Córrego do Açude
E. M. Quirino de Moraes	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Mateirinha
E. M. São Francisco de Assis	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Córrego do Retirinho
E. M. Augusto Alves Vilela	Decreto-lei 178, de 6/03/47	Córrego da Divisa
E. M. Francisco Alves Vilela	Decreto-lei 178, de 6/03/47	Campo Alegre
E. M. Prefeito Jaime Meinberg	Decreto-lei 182, de 19/6/47	Ribeirão dos Baús
<b>Anos 1950</b>		
E. M. Antonio Pedro Guimarães	Lei 119, de 24/11/51	Córrego do Macaco
E. M. Constâncio Ferraz de Almeida	Lei 119, de 24/11/51	Cotia
E. M. Francisco Antonio de Lorena	Lei 119, de 24/11/51	Vila Fisa
E. M. José Inácio de Souza	Lei 119, de 24/11/51	Campo Alegre
E. M. Joaquim José Domingues	Lei 347, de 28/11/55	Fazenda Santa Rita
E. M. Tiradentes	Lei 347, de 28/11/55	Córrego Açude
<b>Anos 1960</b>		
E. M. Hilário Chaves	Lei 559, de 21/3/60	Salto de Moraes
E. M. Antonio Joaquim da Costa	Lei 637, de 25/3/61	Ribeirão dos Baús
E. M. Santa Rita	Lei 673, de 1º/12/61	Santa Rita
E. M. Antonio Baduy	Decreto 240, de 22/2/62	Campo Alegre
E. M. Castro Alves	Decreto 241, de 23/2/62	Ponte Rio Prata

E. M. São José	Decreto 249, de 23/4/62	Córrego da Mamoma
E. M. João da Fonseca Filho	Decreto 261, de 16/8/62	Boa Esperança
E. M. Aureliano de Freitas Franco	Decreto 264, de 20/8/62	São Lourenço
E. M. Capela N.S. Aparecida	Decreto 312, de 04/5/64	Monte Azul
E. M. Getúlio Vargas	Decreto 312, de 04/5/64	Baixadão
E. M. Vereador Diógenes de Souza	Decreto 312, de 04/5/64	Pontinhas
E. M. Pref. José Arcênio de Paula	Decreto 312, de 04/5/64	Guabiroba
E. M. Fernando Martins de Andrade	Lei 954, de 29/3/65	São Bento
E. M. Dep. Daniel de Freitas Barros	Decreto 385, de 15/04/66	Açude
E. M. Dr. Camilo Chaves Júnior	Decreto 385, de 15/04/66	Sapé
E. M. Joaquim José de Assis	Decreto 385, de 15/04/66	Campo Alegre
E. M. Domingos José Franco	Decreto 404, de 27/12/66	Ribeirão São Vicente
E. M. Francisco José de Carvalho	Decreto 432, de 23/08/67	Capão Rico
E. M. Antonio Severino da Silva	Decreto 454, de 12/02/68	Rib. São Vicente
E. M. Augusto Martins de Andrade	Decreto 454, de 12/02/68	Pontal - Campo Alegre
E. M. João José dos Santos	Decreto 1.235, de 21/6/68	Córrego da Chácara
E. M. Manoel Afonso Cancellia	Decreto 492, de 08/07/68	Ribeirão de Sta. Rita
E. M. Antonio de Souza Martins	Decreto 503, de 14/08/68	Alto do Carmo
E. M. Cândido José de Carvalho	Decreto 507, de 19/08/68	Mangalarga
E. M. Joaquim Antonio de Moraes	Decreto 520, de 19/09/68	Córrego do Retiro
E. E. M. José da Silva Ramos	Decreto 534, de 02/12/68	Córrego da Chácara

**Fonte:** Ituiutaba (2015).

As condições materiais de tais escolas nos anos 1950 foram descritas por Fued José Dib, arquiteto que idealizou e projetou espaços para erguer as primeiras escolas rurais de alvenaria, isso no fim da década de 1960. Como vereador e colaborador do então prefeito, Samir Tannus (1967-1970), o arquiteto era partícipe da articulação do ensino rural. Eis o que disse:

Na década de 50, tinha escola rural que funcionava no paiol. Quando o Samir Tannus se elegeu, em 1966, para prefeito, com seu plano de governo ‘Uma escola em cada 58 dias de governo’, eu o apresentei o programa de construção de prédios de alvenaria. E fizemos isso, criamos um bocado de escola. [...] As escolas eram muito simples, era um cômodo aqui outro ali, um banheirinho no meio, uma varandinha, no máximo duas salas de aulas; mas isso foi um progresso porque antes havia escola até no paiol. Tinha escola que funcionava era na casa do peão mesmo, sem espaço, sem um mínimo de conforto. (DIB, 2015, entrevista).

Com efeito, a municipalização das escolas rurais foi marcada por imprevisto dos prédios e professores escolhidos em função de relações políticas e contratados informalmente. Silveira (2014) endossa essa percepção ao dizer que o poder público ficava alheio ao estabelecimento e ao funcionamento das escolas rurais. “[...] no município de Ituiutaba, na maioria das vezes eram os fazendeiros que mantinham essas instituições em prédios inadequados, com deficiências de recursos”. Havia casos em que



a iniciativa de criar a escola partia de esposas dos fazendeiros que eram professoras. Uma delas, como informa a autora, abriu a escola, “[...] mas não recebeu nenhuma ajuda do prefeito, nem mesmo o salário, como era o usual” (SILVEIRA, 2014, p. 79). A escola funcionou com mobiliário cedido por escola da cidade e por terceiros. Além disso, foi a professora quem uma docente para ajudá-la. A fala de uma entrevistada de Silveira (2014, p. 80) é sintomática dessa realidade: “Era coisa dos fazendeiro com os pais das criança. Eles reuniam, pagavam aquela pessoa [professor] e punha os menino lá [na escola]”. As condições materiais da sala de aula se projetam na fala de entrevistadas de Silveira (2014, p. 80):

Então ele [o professor] lecionava pra nós lá na fazenda. Numa escola feito com tábuas, né? A casa lá feita de tábuas [...] [Era sempre] Numa casa na fazenda, uma casa da fazenda mesmo, uma casa, ano era construída pra ser escola, mas uma casa na fazenda. (PACHECO, 2013).

As escolas, também era de chão batido [...]. E as paredes da escola, tudo de madeira. E os pais dos alunos é que sempre vinham dar uma reforma na escola, dar uma ajudadinha. (RIBEIRO, 2010).

Embora a instalação de tais escolas remontasse ao início da década de 1940, só passaram a ter registros escritos a partir dos “anos 1968 e 1969”, mesmo com os ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Conforme Silveira (2014, p. 81), houve “[...] obrigatoriedade de realizar documentação por meio de Atas de Promoção de alunos, as quais eram construídas ao final de cada ano”. Daí sua constatação: “[...] entendemos que embora as escolas fossem instituídas por Decretos-Leis, não havia por parte do poder local, no caso o município, uma preocupação em dispor de recursos, administrar ou mesmo fiscalizar as instituições criadas”.

Contudo, embora a autora tenha dito que não havia fiscalização, seu estudo contém falas de entrevistada que apontam a existência da inspeção, que pode ser vista como fiscalização. Em uma delas se lê: “Tinha o nosso inspetor. Um inspetor que era da Prefeitura [...] Aí a professora [dizia]: “Ó, tal dia o inspetor vai vim”. Uniforme, higiene das unhas [...] “o inspetor olhava tudo” (SILVEIRA, 2014, p. 89), Rocha (1999, p. 7) salienta que, ao projeto inicial de ensino rural em Minas Gerais (anos 1930), subjazia o princípio de que a escola rural tinha de “[...] ensinar hábitos de higiene e outros valores. Levar a civilização para o meio rural, porque lá não tem nem civilização”.

Nesse contexto de aumento populacional, o analfabetismo no município de Ituiutaba chegou a 57,35% da população nos anos 1950; taxa superior à do estado, então de 56,19%. No meio rural, chegou a 64,37%, ante 28,68% na cidade. Como se lê no quadro a seguir, no decênio de 1940, o maior número de crianças com mais de 5 anos de idade analfabetas estava no campo, o que era justificativa para o município criar mais escolas rurais.

**Quadro 5** - População e número de escolarizados no município de Ituiutaba (1940).

População total			Pessoas de 0 a 29 anos de idade					
			De 0 a 9		de 10 a 19		De 20 a 29	
Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
35.052	17.800	17.252	5.953	5.876	4.323	4.280	3.011	3.053
Sabem ler e escrever								
9.640	5.874	3.766	231	227	1.564	1.468	1.585	1.062
Analfabetos								
19.152	8.857	10.295	2.590	2.527	2.756	2.811	1.426	1.991

Fonte: IBGE (1959).

A julgar pelos dados dessa tabela, nos 1940, quando a população do município ainda não havia sido inflada pela migração, o quadro de analfabetismo era de elevação. No geral, entre 50% e 55% da população era analfabeta, entre mulheres e homens. Na faixa etária escolar do primário (5-7 anos), o número de analfabetos variou de 43% a 45% do total, enquanto na faixa etária do ensino secundário (10-19 anos) a média de analfabetos foi de 65% da população. Na faixa etária entre 20 e 30 anos, o índice de analfabetismo variou entre 50% e 65%.

Até 1947, o município dispôs de um grupo escolar, criado em 1910 (Quadro 6) e cinco escolas rurais, além onze escolas particulares de natureza variada.<sup>5</sup>

**Quadro 6** - Criação e instalação de escolas estaduais de Ituiutaba - 1908-87.

Nome	Criação	Instalação/autorização
E. E. João Pinheiro	Decreto 2.327, de 22/12/1908	Sem informações
G. E. Ildefonso Mascarenhas da Silva	Decreto 2.395, de 31/1/1947	Sem informações
G. E. Senador Camilo Chaves	Decreto 4.477, de 21/03/55	Data de instalação: 8/1/1956

<sup>5</sup> Colégio das Irmãs Belgas, Colégio Menino Jesus de Praga, Colégio Santa Cruz, Colégio Santa Tereza, Colégio Santo Antônio, Colégio São José, Escola do professor Afonso José, Escola do professor José de Alencar, Escola São José, Externato/Colégio São Luiz, Instituto Marden, Instituto Propedêutico Ituiutaba. É claro, entre 1900 e 1950, algumas encerraram suas atividades

E. E. Governador Clóvis Salgado	Decreto 27/1/1956	4.966,	de	Sem informações
E. E. Arthur Junqueira de Almeida	Decreto 18/4/1958	5.438,	de	Sem informações
E. E. Governador Bias Fortes	Decreto 27/11/1959	005704,	de	Ato de autorização, 29/11/1959 Estadualização, 1º/4/1960
E. E. Cel. João Martins	Decreto-lei 14/12/1960	6.044,	de	Sem informações
E. E. Cônego Ângelo	Decreto-lei 10/10/1963	7.215,	de	Ato de autorização 28/11/64
E. E. Cel. Tonico Franco	Decreto-lei 24/6/1965	8.406,	de	Ato de autorização 6/3/1966
E. E. Dr. Fernando Alexandre	Decreto-lei 24/6/1965	8.407,	de	Autorização de funcionamento 25/3/1966
C. E. M. Dr. José Zoccoli de Andrade	Lei 3.595, de 25/11/1965			Sem informações
E. E. Profª. Maria de Barros	Lei 3.878, de 20/12/1965			Sem informações
E. E. Governador Israel Pinheiro	Lei 3.956, de 23/12/1965			Sem informações
E. E. Rotary	Decreto, 6/04/1966	9.703	de	Sem informações
E. E. Prof. Álvaro Brandão de Andrade	Decreto, 9/05/1968	11.097	de	Sem informações

**Fonte:** Ituiutaba (2015).

Os dados desse quadro sugerem que a década de 1960 foi promissora para a educação: afora as 26 escolas rurais criadas (vide Quadro 4), foram criadas 9 escolas urbanas. Além disso, destacou-se a produção de arroz (vide Quadro 2). Por um lado, esses números de elevação podem ser lidos como resultado da ação de um governo municipal (e estadual) com recursos para investir; por outro, podem ser lidos como indicativos de que tal governo não considerava que a população do município estava em sua maioria no campo. Com efeito, embora os grupos escolares possam ter suprido a demanda da população urbana carente, que dispunha de seis escolas gratuitas nos anos 1950, é preciso pensar que tais escolas podiam receber um número muito maior de alunos que as escolas rurais, pois supunham mais salas de aulas. Ou seja, embora quase trinta escolas rurais tenham sido criadas na década de 1960 - ápice da explosão demográfica no campo -, é preciso pensar que escolas de uma sala só limitavam a abrangência de seu processo e sua ação de escolarização. Mais que isso, a dinâmica da vida no campo, entre plantio de colheita, por exemplo, demandava mão de obra da família toda, o que significava infreqüência escolar do alunado que ajudava os pais.

Assim, o quadro de analfabetismo permaneceu nos anos 1950, mas se especificou. Ainda que o *boom* da migração tenha ocorrido, sobretudo, de meados das

décadas de 1950 e 60, a população do município já se ampliava. A tabela a seguir compara os números da população infantil (escolar) e população geral urbana e rural. Convém lembrar que nesse ano a cidade contava com mais um grupo escolar (criado em 1947) e meio rural, com mais três (criadas em 1947).

**Quadro 7** - Escolarização da população de Ituiutaba na faixa etária 5 anos (1950).

		Números absolutos			% Sobre o total	
		Total	Sabem ler nem escrever	Não sabem ler nem escrever	Sabem ler nem escrever	Não sabem ler nem escrever
<b>População urbana</b>	Homens	4.032	3.115	917	77,25	22,75
	Mulheres	4.445	2.931	1.514	65,93	34,07
	<b>Total</b>	<b>8.477</b>	<b>6.046</b>	<b>2.431</b>	<b>71,32</b>	<b>28,68</b>
<b>População rural</b>	Homens	18.300	7.116	11.184	38,88	61,12
	Mulheres	16.312	5.218	11.094	31,98	68,02
	<b>Total</b>	<b>34.612</b>	<b>12.334</b>	<b>22.278</b>	<b>35,63</b>	<b>64,37</b>
<b>População em geral</b>	Homens	22.332	10.231	12.101	45,81	54,19
	Mulheres	20.757	8.149	12.608	39,25	60,75
	<b>Total</b>	<b>43.089</b>	<b>18.380</b>	<b>24.609</b>	<b>42,65</b>	<b>57,35</b>

Fonte: ENCICLOPÉDIA..., 1959, p. 308.

Embora se refiram ao ano de 1950, os dados dessa tabela deixam entrever possibilidades de compreensão coerentes com a proposta deste estudo: por um lado, a abrangência da escolarização urbana e a amplitude da população rural (dentre homens e mulheres, superior de três vezes a quatro do que a população da cidade); por outro, o ponto crítico do analfabetismo no município: a população rural. Isolada das demais regiões, a sede do município se destacava no volume de pessoas alfabetizadas: homens escolarizados iam além de 80%, 10% a mais que as mulheres (mesmo que a população feminina fosse menor que a masculina). Como até 1947 havia uma escola pública, cabe pensar que uma maioria absoluta dessa população alfabetizada fosse de uma classe apta a pagar pela escola particular. Inversamente, o meio rural era marcado por uma maioria de homens analfabetos (o número de analfabetas era pouco menor).

Essa equação leva à seguinte reflexão. A administração município pode ter aplicado recursos gerados pela economia na criação de escolas na cidade e no campo. Na cidade, onde estava a menor parte da população municipal, as escolas foram capazes de suprir a demanda com certo sucesso. No meio rural, onde estava maciçamente a população do município, as escolas foram não só insuficientes, mas ainda abandonadas por muitos na década de 1970. Afinal, nesse decênio a população residente na cidade superou a do campo em quase três vezes. Disso se infere que, na cidade, não haveria

número suficiente de escolas públicas para acomodar a demanda que uma nova migração iria gerar.

Ainda assim, as escolas rurais do município de Ituiutaba formavam; e a formatura criava um senso importância, de conquista. Era razão para todos comemorarem: alunos, pais, docentes e comunidades (Figura 1).

**Figura 1** - Evento de formatura em escola rural de Ituiutaba, MG, fim dos anos 1950.



**Fonte:** Ribeiro, Silva e Quilicci Neto (2012, p. 85).

A escola rural Tiradentes, na fazenda Rancharia, comunidade do Córrego do Açude, foi uma das que conseguiram formar a população rural. O evento da formatura reunia alunos, professores, pais e moradores de fazendas vizinhas.

Como se vê na fotografia, o evento da formatura não escondia a precariedade. Ao fundo, o prédio da escola, com parede sem reboco, sugere que: não importa onde fosse, era preciso um espaço para instalar a escola. Alunos de pés descalços dão uma medida dos recursos que seus pais dispunham para escolarizar a prole. Tinham de ir à escola mesmo sem calçado; e mesmo que fosse uma ocasião mais solene como a formatura. De fato, a solenidade se mostra na fala de uma ex-aluna: “Nóis vinha tudo lindo, nossa!”. Mais que isso, sua fala salienta o valor dado à formatura: “Quando a mãe via o filho se formá, nossa! Era uma alegria maió do mundo, né?” (M. A. P., 2009, entrevista).

Essa percepção da formatura se abre a indagações. Por exemplo, o que justificava a “alegria maió do mundo” das mães? Afinal, os formados iriam permanecer no meio rural, onde a escolarização não era condição essencial à sobrevivência (ao menos não havia sido para pais e mães analfabetos que matricularam a prole em tais escolas; mesmo sem ser escolarizados, conseguiram acumular recursos para a educação de filhas e filhos). Pode ser que a alegria das mães quando os filhos se formavam se justificasse pelas possibilidades de emprego na cidade. Como se viu, na década de 1970 foi a vez de a população urbana de aumentar com a migração do campo, após a produção de arroz caminhar para seu esgotamento.

Nesse caso, tentar ir para a cidade supunha superar um movimento em prol da permanência da população do campo no meio rural. Por exemplo, mesmo que tenha havido certo esvaziamento populacional do meio rural, até o fim dos anos 1970 o governo municipal manteve 72 escolas rurais em Ituiutaba. A preocupação em expandir a escolarização rural permaneceu. Mais que isso, permaneceu sob um ideário de que ao campesino restava o trabalho no meio rural, e não na cidade, ou seja, de que sua escolarização era insuficiente e inadequada às demandas do emprego urbano (indústria e comércio). Esse ideário ecoava no discurso do presidente Gaspar Dutra, que se referiu a um “sistema brasileiro rural” e suas “bases físicas” e ao qual iriam se acrescer “[...] bases pedagógicas [...] o aparelhamento de escolas normais especializadas, e a realização [...] de cursos de aperfeiçoamento para professores, e dirigentes do ensino rural” (BRASIL, 1950, p. 10). Dessa fala se infere a intenção de estruturar um *sistema de ensino rural*, ou seja, diferente do que ocorria na cidade. Sistema porque as intenções afetavam instâncias da educação como a formação de professores e de dirigentes para escolas rurais mediante intervenção na escola normal e no curso de especialização.

### Considerações finais

Deste estudo sobre escolas rurais em Ituiutaba ficam a constatação de que o governo municipal reagiu quanto a suprir a demanda por escolarização imposta pela migração. As escolas que criou funcionaram e formaram, ainda que o funcionamento tenha sido precário (de escassez e de adaptação) e a pedagogia, limitada (professor com formação limitada, sem recursos didático-pedagógicos...). O resultado foi a ineficácia: o analfabetismo permaneceu elevado e o êxodo campo–cidade aconteceu.

Contudo, faltou uma escola rural que ajudasse a população a ir além do aprender a ler, a escrever e calcular: uma escola que permitisse aos habitantes conhecerem mais de seu meio para que, aí, pudessem produzir e viver de um modo que valorizasse a permanência no campo; ou seja, uma escola que ajudasse a construir tal valoração do campo. Uma escola tal pressupunha outras condições, como garantias de demanda regular e preço justo para a produção rural para que não só a renda do trabalhador fosse assegurada, mas também fossem concretizadas suas aspirações de vida que dependessem de bens materiais.

### Referências

- BRASIL. **Mensagem presidencial do presidente Eurico Gaspar Dutra dirigida ao Plenário em 1950.** In: PODER LEGISLATIVO. Congresso Nacional. Mensagem dos Presidentes. Rio de Janeiro: 1947/1950. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/presidential>. Acesso em: 15 nov. 2010.
- DIB, Fued José. Ituiutaba, MG, 12 de agosto 2015. Arquivo de mp3 (120 minutos). In: BEZERRA, Luciene Teresinha de Souza. **Da sombra da magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971.** 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.
- ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros - XXV volume. Rio de Janeiro, IBGE, 1959.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Brasília: IBGE, 1959. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/ituiutaba.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Ata de reunião realizada no dia 17 de agosto 1947.** Ituiutaba: Livro s. n., s. p.
- ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Ata de reunião realizada no dia 2 de agosto de 1948.** Ituiutaba: Livro s. n, s. p.
- ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Ata da 11ª sessão da 3ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, 16 de novembro de 1955.** Livro s. n., s. p. Ituiutaba, 1955.
- ITUIUTABA. Secretaria Municipal de educação. [Dados sobre a criação e instalação de escolas estaduais de Ituiutaba]. Levantamento feito via Superintendência Regional de Ensino. Ituiutaba, MG, junho de 2015.

M. A. P. Ituiutaba (MG), 10 de dezembro de 2009. 1 fita cassete (60 minutos). *In*: RIBEIRO, Betânia de O. L.; SILVA, Leila A. A.; QUILLICI NETO, Armindo. Educação rural em Minas Gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba (anos 1940). **HISTEDBR** on-line, n. 12, v. 46, p. 74–93, 2012. <https://doi.org/10.20396/rho.v12i46.864007>

OLIVEIRA, Letícia Borges. **História da educação no campo**: as iniciativas do movimento brasileiro de alfabetização no meio rural Uberlândia/MG, 1970–1985. 2013. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

RIBEIRO, Betânia de O. L.; SILVA, Leila A. A.; QUILLICI NETO, Armindo. Educação rural em Minas Gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba (anos 1940). **HISTEDBR** on-line, n. 12, v. 46, p. 74-93, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640072>. Acesso em: 07 jun. 2020.

RIBEIRO, Betânia O. L.; LIMA, Valéria. A.; QUILLICI NETO, Armindo. Escola pública em Minas Gerais: gênese do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva (anos 1940-1950). **HISTEDBR** on-line, v. 51, p. 323–340, 2013.

ROCHA, M. I. **As representações sociais de professores sobre a escola no meio rural**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de e Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Memória**: lembrança e esquecimento, trabalhadores nordestinos no Pontal Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVEIRA, Daiane de Lima Soares. **Migrantes nordestinas e escolarização no Pontal Mineiro (1950 e 1960)**: desafios, resistências, embates e conquistas. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

SOUZA, S. T. O universo escolar nas páginas da imprensa tijuicana (Ituiutaba-MG - banos de 1950 e 1960). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia: ed. da Universidade Federal de Uberlândia, v. 2, 2010.

**Enviado em:** 10/07/2020.

**Aceito em:** 05/12/2020.

**Publicado em:** 14/12/2020.